

**DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA  
DE TODOS OS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR**

1- O candidato deverá encaminhar toda documentação de acordo com sua composição informada. Relação de Documentos Mínimos para Comprovação de Renda Familiar

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		
<b>PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ONDE CONSEGUIR</b>
Todas as pessoas do grupo familiar a partir dos 18 anos	<b>Documento de identidade (RG)</b>	
Todas as pessoas do grupo familiar a partir dos 18 anos	<b>Cadastro de Pessoa Física (CPF)</b> Caso o número do CPF conste no documento de identidade a apresentação desse documento não é necessária	
Todas as pessoas do grupo familiar <b>menores de 18 anos</b>	<b>Certidão de Nascimento ou RG</b>	
Em caso de pais/responsável legal ou cônjuge falecido	<b>Certidão de Óbito</b>	
Para pais/responsável legal ou candidato(a) separado	Certidão de Casamento com sentença completa de divórcio	
Para pais/responsável legal ou candidato(a) separados sem legalização	Declaração de Separação não legalizada	Declaração Anexo I
Para pais/responsável legal ou candidato(a) que nunca se casaram oficialmente	Declaração de união estável	Declaração Anexo II
Para todos os casos em que há extensão do grupo familiar e para situações em que os responsáveis não sejam os pais biológicos	<b>Sentença judicial que comprove a guarda, a tutela ou a curatela, para casos de ampliação do grupo familiar</b>  Obs: 1 - Considera-se como ampliação do grupo familiar a incorporação de outras pessoas como: primo, sobrinho e outros que passaram a integrar o grupo familiar  2- A indicação de outros familiares, deverá ser devidamente comprovada, pela entrega da documentação descrita	

	neste edital de acordo com a faixa etária e a situação de renda	
--	---	--

2- O candidato que resida sozinho ou com outros familiares, mas que dependa economicamente de sua família de origem deverá apresentar a documentação indicada, tanto de sua família de origem quanto das pessoas com quem reside.

2.1- O candidato maior de 18 anos, que resida com outras pessoas que não sejam seus pais ou cônjuge, deverá apresentar a fotocópia do comprovante de residência ou declaração Anexo III, confirmando residência no mesmo endereço ou declaração Anexo IV, explicativa da moradia.

2.2- Para a comprovação de renda do candidato e de cada membro do grupo familiar, maior de 18 anos (ou menores de 18 anos que exerçam atividade remunerada) deverá apresentar a documentação, conforme especificação abaixo:

<b>RENDA</b>		
<b>PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ONDE CONSEGUIR</b>
Todas as pessoas do grupo familiar a partir de 18 anos Caso algum menor de 18 anos já exerça atividade remunerada e possua a CTPS deve apresentar as páginas solicitadas	<b>Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)</b> Páginas da foto, dos dados pessoais, páginas de Contrato de Trabalho (último contrato de trabalho assinado e da próxima em branco) e Anotações Gerais, quando houver.  Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco.  <b>Documento obrigatório</b> todos os membros da família maior de 18 anos mesmo aqueles que nunca tiveram registro na carteira	Caso o documento tenha sido perdido/roubado deverá ser apresentado obrigatoriamente o CNIS ( <a href="https://meu.inss.gov.br/central/index.html">https://meu.inss.gov.br/central/index.html</a> )
Todas as pessoas do grupo familiar que receberam remuneração de trabalho assalariado	Contracheques referentes aos 3 últimos meses	Os contracheques devem ser de todos os vínculos trabalhistas
Desempregados recentes (até seis meses):	Cópia das seguintes páginas da carteira de trabalho e previdência social (CTPS): identidade e qualificação civis, contrato de trabalho com a próxima página em branco, alterações salariais com a próxima página em branco e anotações gerais com a próxima página em branco. Cópia da rescisão de contrato ou da comunicação de dispensa e cópia do comprovante de recebimento de seguro-desemprego.  Obs: Caso todo o grupo familiar apresente ausência de renda, esta deverá ser devidamente comprovada, como também, o candidato deverá apresentar declaração V, informando o tempo que a família se	

RENDA		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
	encontra nessa situação e como tem suprido suas necessidades financeiras. Como também, apresentar toda a documentação exigida no presente edital para a avaliação da renda do seu núcleo familiar.	
Para os trabalhadores do mercado formal (celetistas e servidores públicos):	<b>contracheques dos 3 últimos meses.</b> Cópia das seguintes páginas da <b>carteira de trabalho e previdência social (CTPS):</b> identidade e qualificação civis, contrato de trabalho, alterações salariais e anotações gerais. Se a Carteira tiver os dados preenchidos, apresentar a próxima página em branco.	
Para famílias beneficiárias e/ou cadastradas em Programas Sociais / Candidatos que POSSUEM Cadastro Único (CadÚnico):	Apresentar a <b>FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO – V7</b> que apresenta número de Identificação Social-NIS associado ao candidato, a renda per capita familiar e os componentes do núcleo familiar Caso não tenha a Folha Resumo Cadastro Único – V7 o candidato poderá emitir uma via em Consulta Cidadão - Cadastro Único.  OBS: Mesmo apresentando o CADÚnico, o candidato deverá apresentar toda a documentação solicitada para avaliação da renda do seu núcleo familiar.	
Para aqueles que nunca exerceram atividade remunerada (incluindo donas de casas e estudantes maiores de 18 anos):	cópia das seguintes páginas da <b>carteira de trabalho e previdência social (CTPS):</b> identidade e qualificação civis, contrato de trabalho, alterações salariais e anotações gerais, mesmo se a carteira não tiver contratos assinados.	
Para os trabalhadores prestadores de serviço, cooperativados e/ou contratados temporariamente	<b>contracheques e/ou contrato de trabalho</b> do período trabalho. Se não tiver o contrato de trabalho, apresentar a declaração VI, explicativa com a função, período de trabalho e a remuneração recebida.  <b>Cópia atualizada da guia de recolhimento do INSS.</b>	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: <a href="http://meu.inss.gov.br/#/login">meu.inss.gov.br/#/login</a>
Trabalhador autônomo ou profissional liberal	<b>Declaração Comprobatória de Rendimentos</b> - DECORE, dos 3 últimos meses, feita por contador ou técnico contábil inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. No caso de cargos de direção apresentar ainda a cópia do comprovante de pró-labore, dos 3 últimos meses.	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: <a href="http://meu.inss.gov.br/#/login">meu.inss.gov.br/#/login</a>
Todas as pessoas do grupo familiar que	<b>Declaração de Atividade Informal</b>	Declaração Anexo VI

RENDA		
PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES	DOCUMENTOS	ONDE CONSEGUIR
exercem atividade informal (sem registro em carteira e/ou vínculo empregatício)	Documento obrigatório para todos os trabalhadores informais, inclusive aqueles que realizam atividades esporádicas	
Agricultor, pecuarista, parceiro, arrendatário rural e sitiante: Declaração original da renda mensal expedida por sindicato, associação ou similar	<b>Declaração Anual de Produtor Rural - DAP;</b> Declaração de Imposto Territorial Rural - DITR; Cópia do Cadastro de Imóvel Rural - DP ou do INCRA; Declaração Comprobatória de Rendimentos - DECORE, dos últimos 3 meses, feita por contador ou técnico contábil inscrito no CRC; Cópia da última Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; Notas de produtos comercializados dos últimos 3 meses. Cópia da carteira sindical e contribuição sindical atualizada. Cópia atualizada da guia de recolhimento do INSS	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: <a href="http://meu.inss.gov.br/#/login">meu.inss.gov.br/#/login</a>
Empresário, microempresário e comerciante	Declaração contábil de retirada de pró-labore referente aos 3 últimos meses. Em caso de empresa inativa, apresentar Declaração de Inatividade junto a Receita Federal; cópia da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN/SIMEI); cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica Exercício, Cópia atualizada da guia de recolhimento do INSS.	Se não contribuir com o INSS, apresentar demonstrativo de contribuição que pode ser encontrado em: <a href="http://meu.inss.gov.br/#/login">meu.inss.gov.br/#/login</a>
Todas as pessoas do grupo familiar com rendimentos de Aposentadoria, Pensão ou Benefício (Auxílio-doença, Auxílio-acidente, Salário maternidade, BPC) pelo INSS, órgão privado ou regime próprio	Comprovante de recebimento dos últimos 3 meses do benefício de órgão previdenciário privado e/ou público, ou de regime próprio, no qual conste o valor bruto, OU extrato previdenciário onde conste o valor de crédito, identificação e número de benefício. Atenção para o cadastramento de login e senha no site do INSS. Cadastre sua senha pela internet tendo em mãos sua(s) Carteira(s) de Trabalho, RG e CPF. Não serão aceitos comprovantes de saques e extratos bancários	Benefícios pagos pelo INSS: Meu INSS <a href="https://meu.inss.gov.br/#/login">https://meu.inss.gov.br/#/login</a> Órgão privado ou regime próprio de previdência: verificar com o órgão pagador onde está disponível o comprovante deste pagamento
Caso o candidato e/ou outro membro do grupo familiar receba pensão alimentícia	Deverá ser apresentada cópia do contracheque ou de outro documento que comprove o valor da pensão alimentícia dos 3 últimos meses. Na falta destes, deverá ser enviada declaração VII informando o valor bruto mensal recebido, datada e assinada pelo provedor da pensão.	Declaração VII
Caso a família possua bens alugados a terceiros	Deverá apresentar a cópia dos recibos de aluguel dos 3 últimos meses ou outro documento que comprove essa situação. Guia do Imposto Predial e Territorial Urbano	Declaração VIII

<b>RENDA</b>		
<b>PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ONDE CONSEGUIR</b>
	(IPTU) referente ao ano em questão.	
Da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF)	<p>O candidato e as pessoas do seu grupo familiar que tenham declarado Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) referente ano base 2020, entregue em 2021 à Receita Federal, deverão apresentar cópia de todas as páginas da declaração e do respectivo comprovante do recibo de entrega.</p> <p>Obs: Se o candidato e as pessoas do seu núcleo familiar constarem como dependentes ou cônjuges em alguma declaração de IRPF deverão apresentar a cópia de todas as páginas da referida Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), referente ao ano base 2020, entregue em 2021 à Receita Federal, e do respectivo comprovante do recibo de entrega.</p>	<p>Caso seja isento, deverá acessar o link:  <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp">http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp</a> e imprimir a tela em que constam o nome completo e a frase: Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal</p>

3- Para comprovação da situação de moradia do candidato apresentar os seguintes documentos:

<b>Moradia</b>		
<b>PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ONDE CONSEGUIR</b>
Imóvel próprio	<p>Escritura, contrato de compra e venda ou recibo de compra.</p> <p>Se o documento não estiver em nome de uma das pessoas relacionadas em seu núcleo familiar, apresentar, também a declaração IV, explicando os motivos deste fato</p>	Declaração IV
Imóvel próprio em financiamento	<p>Comprovante do financiamento atualizado referente aos meses de dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022.</p> <p>Caso o documento não esteja em nome de uma das pessoas de seu núcleo familiar, apresentar, também, declaração explicando os motivos deste fato.</p>	Declaração IV
Imóvel alugado	<p>Recibo de aluguel referente aos 3 últimos meses. Se o documento não estiver em nome de uma das pessoas relacionadas no seu núcleo familiar, encaminhar, também a declaração IV,</p>	Declaração IV

<b>Moradia</b>		
<b>PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ONDE CONSEGUIR</b>
	explicando os motivos deste fato.	
Imóvel cedido	Declaração de cessão do imóvel datada e assinada pelo cedente	Declaração IV
Imóvel de posse ou ocupação	Declaração da Associação de Moradores. Na falta desta declaração, anexar a declaração IV informando a situação.	Declaração IV
Residência em hotel, pensão, alojamento ou afins	Recibos de pagamento referente aos 3 últimos meses; na falta destes, declaração IV, informando o local e o valor do aluguel.	Declaração IV
Residência no local de trabalho	declaração do empregador explicando a situação	Declaração IV
Outra situação de moradia	declaração explicando a situação de moradia	Declaração IV

3.1 - A indicação de outros familiares, colaterais ou agregados no grupo familiar deverá ser devidamente comprovada, de acordo com a faixa etária e a situação de renda. Como também, o comprovante de residência.

<b>Moradia</b>		
<b>PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÕES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ONDE CONSEGUIR</b>
Para comprovação de recebimento de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) ou DITR ( Declaração de Imposto Territorial Rural)	<p>a) Cópia da guia de pagamento do IPTU ou DITR atualizado, referente aos anos de base 2021 ou 2022 com a identificação do proprietário, endereço do imóvel, e valor do imposto).</p> <p>b) Se não receber a cobrança de IPTU ou DITR: apresentar o comprovante atualizado de isenção de IPTU ou DITR do ano de 2021 ou 2022.</p> <p>c) Se o imóvel urbano ou rural não estiver regularizado na Prefeitura ou no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) apresentar declaração informando esta situação</p>	Declaração IX

	ou documentos que comprovem a espera da regularização.	
No caso do IPTU ou DITR não estiver em nome de uma das pessoas relacionadas no seu núcleo familiar	Apresentar a guia de recebimento e declaração IX, explicando tal situação ou apresentar declaração informando esta situação.	Declaração IX
Para a comprovação de energia elétrica	Deverá ser apresentadas as das contas referentes aos 3 últimos meses. No caso da conta não estar no nome de uma das pessoas de seu núcleo familiar ou na residência não é feita a cobrança de energia, apresentar declaração X, explicando tal situação	Declaração X

**DECLARAÇÃO I**

**DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO NÃO LEGALIZADA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado (a) na cidade de \_\_\_\_\_

,Rua \_\_\_\_\_,  
declaro para os devidos fins e sob as penas da lei que estou separado (a) de fato de  
\_\_\_\_\_p  
ortador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_\_, não sendo oficializado o fim  
da minha relação conjugal.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste documento,  
estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos  
ou divergentes poderão implicar na reprovação do (a) candidato(a)

\_\_\_\_\_.

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Declarante

\_\_\_\_\_

Testemunha  
CPF:

\_\_\_\_\_

Testemunha  
CPF:

**Obs: anexar cópia RG das testemunhas.**

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

**§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

## DECLARAÇÃO II

### DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL INFORMAL

Nós, \_\_\_\_\_,  
portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_  
e, \_\_\_\_\_,  
portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_,  
residentes e domiciliados na cidade de \_\_\_\_\_,  
endereço \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_

declaramos para os devidos fins que convivemos em união estável, não tendo oficializado esta união em cartório. Declaramos, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na reprovação do (a) candidato(a)

\_\_\_\_\_

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

#### **Obs: anexar cópia RG dos declarantes.**

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

#### **§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

## DECLARAÇÃO III

### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_,  
DECLARO, para fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei nº 7.115/83, art. 2º, que  
o(a) Sr. (a). \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_,  
é residente e domiciliado no endereço \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

#### **§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

**Obs: anexar cópia de uma conta da residência, e o RG do declarante.**

**DECLARAÇÃO IV**

**DECLARAÇÃO DE MORADIA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_,  
declaro para os devidos fins que resido em imóvel:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Imóvel Alugado | <input type="checkbox"/> Imóvel Financiado           |
| <input type="checkbox"/> Imóvel Cedido  | <input type="checkbox"/> Resido no local de trabalho |
| <input type="checkbox"/> Imóvel Próprio | <input type="checkbox"/> Outra situação de Moradia   |

\* Caso se trate de imóvel cedido ou alugado ou residir no local de trabalho, anexar comprovante de residência, e nome do proprietário: \_\_\_\_\_

Residência e domicílio na rua \_\_\_\_\_,  
n. \_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_,  
Cidade \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

Entretanto, declaro não possuir outra documentação para fins de comprovação desta titularidade.

Observações necessárias:

---

---

---

---

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) declarante

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

**§ Falsidade Ideológica**  
**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

**DECLARAÇÃO V**

**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS**

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_,  
declaro para os devidos fins que estou desempregado desde \_\_\_\_\_.

Acrescento ainda que tenho suprido minhas necessidades financeiras da seguinte maneira:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

**§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

## DECLARAÇÃO VI

### DECLARAÇÃO DE TRABALHO INFORMAL

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_,  
declaro para fins de comprovação de renda, que exerço atividade informal como

\_\_\_\_\_  
(descrever a atividade), obtendo rendimento mensal de:

Mês 1) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_,

Mês 2) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_,

Mês 3) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_.

OBS: Caso não tenha exercido atividade nos 3 últimos meses, mas em pelo menos um deles,  
explique a situação: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

#### § Falsidade Ideológica

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

## DECLARAÇÃO VII

### DECLARAÇÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, declaro que recebo a importância de R\$ \_\_\_\_\_ referente a Pensão Alimentícia no valor de R\$ \_\_\_\_\_, paga pelo Sr. (a) \_\_\_\_\_, inscrito (a) no RG sob o nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ com o qual tenho o grau de parentesco de \_\_\_\_\_.

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

Declaro, ainda, estar ciente:

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

#### § Falsidade Ideológica

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

**DECLARAÇÃO VIII**

**DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO**

Eu, \_\_\_\_\_ portador (a) do RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, que ALUGO ATUALMENTE o imóvel sito à \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, nesta cidade, para o (a) Sr (a): \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ e CPF: \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$\_\_\_\_\_.

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) contratante

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

**Obs: anexar cópia RG das testemunhas, e do contratante do imóvel.**

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

**§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

**DECLARAÇÃO IX**

**DECLARAÇÃO IPTU / DITR**

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, venho por meio desta declarar , que o \_\_\_\_\_ (IPTU ou DITR) da  
residencia que atualmente moro, **(explicar a situação)** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Declarante

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

**Obs: anexar cópia RG das testemunhas.**

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

**§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante

## DECLARAÇÃO X

### DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ expedido por  
\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na cidade \_\_\_\_\_,  
na Rua/Av. \_\_\_\_\_,

nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, declaro para os devidos

fins não possuir comprovante referente à conta de energia por motivo de:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Local e Data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Declarante

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF:

#### **Obs: anexar cópia RG das testemunhas.**

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do candidato, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

#### **§ Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante